

CAPÍTULO 1

LIBRAS, PODER E SOCIEDADE: FUNDAMENTOS CRÍTICOS PARA UMA SOCIOLINGÜÍSTICA SURDA

 <https://doi.org/10.68044/ge2n8g03>

Larissa Silva Rebouças ¹

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora efetiva da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Thaís Fleury Avelar ²

Professora Efetiva da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Doutora em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Rivaldo Pereira da Costa ³

Especialista em Docência da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela UNITENSE e graduado em Letras-Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Marcus Vinícius Calixto ⁴

Letras Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Pedro Henrique de Macêdo Silva ⁵

Doutorando em Estudo da Linguagem pela Universidade Federal de Catalão (UFCat).

Alberto Freiburger Bernardinelli ⁶

Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

RESUMO: Este estudo aborda as relações entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o poder e a sociedade, propondo fundamentos críticos para a constituição de uma Sociolinguística Surda. Objetiva-se compreender como ideologias linguísticas, práticas ouvintistas e processos de minorização interferem na legitimidade social da Libras e nos direitos de seus usuários. Adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em produções nacionais sobre variação linguística, identidades surdas, políticas linguísticas e educação bilíngue. A análise evidencia que o reconhecimento jurídico da Libras, embora indispensável, não elimina desigualdades institucionais nem a hegemonia da língua portuguesa. Conclui-se que uma perspectiva sociolinguística crítica deve reconhecer a heterogeneidade dos repertórios sinalizados, valorizar o protagonismo surdo e articular língua, cultura, território, identidade e justiça social na formulação de políticas educacionais e linguísticas.

Palavras-chave: Sociolinguística Surda; Língua Brasileira de Sinais; Poder; Direitos Linguísticos; Ideologias Linguísticas.

INTRODUÇÃO

Pensar a Língua Brasileira de Sinais em sua relação com o poder e com a sociedade exige ultrapassar abordagens que a descrevem exclusivamente como um sistema gramatical autônomo. Embora o reconhecimento de sua estrutura linguística tenha sido decisivo para enfrentar concepções que reduziam as línguas de sinais à mímica ou a formas rudimentares de comunicação, a legitimidade estrutural não assegura, por si mesma, igualdade de condições sociais para seus usuários. O valor atribuído a uma língua depende das relações estabelecidas nos espaços em que ela circula, das instituições que autorizam determinados usos e dos agentes que dispõem de poder para definir quais práticas linguísticas serão consideradas legítimas.

Nessa perspectiva, Bourdieu assinala que o conhecimento da competência linguística não permite determinar antecipadamente o valor social de uma produção, pois esse valor é constituído no interior de um mercado linguístico marcado por disputas, exclusões e hierarquizações (Bourdieu, 2008, p. 96 *apud* Silva *et al.*, 2025, p. 29). Desse modo, a presença da Libras em documentos legais, instituições educacionais e espaços públicos não significa, necessariamente, que ela tenha alcançado o mesmo prestígio social conferido à língua portuguesa.

A compreensão sociolinguística desse problema parte do reconhecimento de que nenhuma língua constitui uma realidade homogênea, estática ou exterior às experiências sociais de seus usuários. Weinreich, Labov e Herzog defendem o princípio da heterogeneidade ordenada, segundo o qual a variação integra o funcionamento regular dos sistemas linguísticos e não representa corrupção, deficiência ou desorganização da língua (Weinreich; Labov; Herzog, 2006, p. 126 *apud* Rodrigues; Silva, 2017, p. 689). Aplicado à Libras, esse princípio permite compreendê-la como uma língua plural, atravessada por diferenças regionais, geracionais, étnicas, educacionais, estilísticas e socioeconômicas. A diversidade de sinais, construções e modos de enunciação não diminui sua legitimidade; ao contrário, evidencia sua vitalidade e sua inserção em comunidades historicamente situadas. Desde os estudos fundadores

sobre as línguas sinalizadas, a variação já se apresentava como uma de suas propriedades constitutivas, ainda que parte significativa da literatura tenha privilegiado a demonstração de sua dupla articulação e de sua organização estrutural (Stokoe, 1960 *apud* Xavier, 2019, p. 49).

A variação observada nas línguas de sinais resulta da articulação entre fatores internos, sociais e estilísticos. Os primeiros compreendem condicionamentos fonológicos, morfossintáticos e discursivos; os segundos envolvem aspectos como idade, território, gênero, pertencimento étnico e posição social; enquanto os fatores estilísticos dizem respeito às situações comunicativas, aos interlocutores, aos temas e aos diferentes graus de formalidade (Schembri; Johnston, 2012 *apud* Xavier, 2019, p. 49). No caso das comunidades surdas, esses condicionamentos relacionam-se ainda às trajetórias heterogêneas de aquisição linguística, ao contato permanente com a língua portuguesa, às experiências educacionais, à circulação entre comunidades de sinalizantes e às condições de acesso à Libras durante a infância. O bilinguismo bimodal, os empréstimos, a datilologia, a oralização, a sobreposição de códigos e as formas de contato entre línguas sinalizadas e línguas orais demonstram que as práticas comunicativas das pessoas surdas não se organizam em fronteiras absolutamente fixas (Adam, 2012 *apud* Xavier, 2019, p. 50).

Entretanto, a variação não é recebida socialmente de maneira neutra. As diferentes formas de sinalização podem ser avaliadas, classificadas e hierarquizadas de acordo com ideologias que estabelecem distinções entre sinais supostamente corretos e incorretos, puros e contaminados, autênticos e artificiais. As ideologias linguísticas funcionam como mediações entre as práticas de linguagem e as estruturas sociais, participando da formulação e da manutenção das concepções coletivas sobre as línguas e seus usuários (Woolard, 2020, p. 3 *apud* Stumpf; Linhares, 2025, p. 209). Assim, os processos de padronização, purismo e policiamento linguístico não podem ser compreendidos apenas como iniciativas técnicas destinadas a organizar dicionários, glossários ou materiais didáticos. Eles também expressam disputas pelo direito de determinar quais variantes representarão a Libras, quais grupos serão reconhecidos como autoridades linguísticas e quais repertórios permanecerão invisibilizados.

Essa problemática torna necessário distinguir a condição numérica de uma língua de seu processo político de minorização. Uma língua não se torna minoritária apenas porque possui menor quantidade de usuários, mas porque se encontra em posição subordinada diante das estruturas de poder e não dispõe dos mesmos recursos institucionais reservados às línguas hegemônicas (Lagares, 2018, p. 121 *apud* Witches, 2021, p. 145). A Libras, portanto, deve ser

analisada como uma língua historicamente minorizada, cujo reconhecimento convive com obstáculos à aquisição precoce, à escolarização bilíngue, à participação política, ao acesso à informação e à ocupação de espaços profissionais e acadêmicos. Essa posição torna-se ainda mais complexa quando articulada às diferenças de classe, raça, gênero, sexualidade, território e escolarização, pois as relações de poder não incidem de maneira uniforme sobre todas as pessoas surdas.

A minorização linguística associa-se a processos de colonialidade que ultrapassam a simples imposição de uma língua sobre outra. Garcés observa que a colonialidade linguística subalterniza tanto determinadas línguas quanto a palavra dos próprios sujeitos que as utilizam, fazendo com que seus discursos sejam socialmente menos valorizados, inclusive quando produzidos na língua dominante (Garcés, 2007, p. 227 *apud* Lobato; Bentes, 2020, p. 5). No caso das pessoas surdas, essa lógica manifesta-se quando a língua portuguesa oral é convertida em medida universal de humanidade, inteligência, aprendizagem e participação social. A experiência linguística visual passa, então, a ser interpretada a partir de parâmetros ouvintes, enquanto os saberes construídos pelas comunidades surdas são frequentemente considerados particulares, auxiliares ou insuficientes.

Nesse contexto, o conceito de ouvintismo contribui para compreender o conjunto de representações por meio das quais os sujeitos surdos são pressionados a olhar, explicar e narrar a si mesmos segundo modelos elaborados pela maioria ouvinte (Skliar, 1998, p. 15 *apud* Leite; Cabral, 2021, p. 426). O poder ouvintista não se restringe à proibição explícita da língua de sinais, pois também se realiza em práticas aparentemente inclusivas que mantêm a centralidade da oralidade, subordinam a Libras à função de apoio, limitam a atuação do professor surdo e concentram a interação do estudante no intérprete. Dessa forma, pode haver presença física do aluno surdo sem participação linguística efetiva, acesso formal à instituição sem pertencimento e reconhecimento jurídico sem transformação das relações sociais.

A garantia de matrícula ou de permanência no mesmo espaço ocupado pelos estudantes ouvintes não resolve, isoladamente, as desigualdades linguísticas. Veiga-Neto e Lopes advertem que a igualdade de acesso não assegura inclusão e tampouco elimina a possibilidade de exclusão no interior das instituições (Veiga-Neto; Lopes, 2007, p. 959 *apud* Rodrigues; Beer, 2016, p. 663). Os direitos linguísticos relacionam-se diretamente ao exercício dos demais direitos, uma vez que a privação linguística pode comprometer a representação política, o acesso à educação e à informação, a liberdade de expressão e a participação social (Skutnabb-Kangas; Phillipson;

Rannut, 1995, p. 7 *apud* Rodrigues; Beer, 2016, p. 672). A discussão acerca da Libras, portanto, não se limita ao campo da comunicação ou da educação especial, mas alcança o debate sobre cidadania, justiça linguística, dignidade e democratização das relações sociais.

Diante dessas questões, formula-se o seguinte problema de investigação: de que maneira as relações de poder, as ideologias linguísticas e as políticas de reconhecimento condicionam os usos, a variação, o status e a legitimidade social da Libras nas comunidades surdas brasileiras? O objetivo geral consiste em analisar os fundamentos necessários à construção de uma perspectiva crítica de Sociolinguística Surda, articulando língua, sociedade, poder, diferença, colonialidade e resistência. Especificamente, busca-se discutir a heterogeneidade e o contato linguístico na constituição da Libras; problematizar as ideologias de normalização, padronização e prestígio; examinar os efeitos do ouvintismo e da minorização linguística; e compreender a atuação política das comunidades surdas na reivindicação de direitos e na produção de outros regimes de conhecimento sobre a linguagem.

A expressão “Sociolinguística Surda” não é empregada para estabelecer uma disciplina fechada, homogênea ou restrita exclusivamente a pesquisadores surdos. Designa uma orientação epistemológica que reconhece as pessoas surdas como sujeitos de conhecimento e considera suas experiências linguísticas, narrativas,

práticas culturais e mobilizações políticas como elementos centrais da análise. Trata-se de deslocar o estudo da Libras de uma posição em que a comunidade aparece somente como objeto de descrição para outra em que seus integrantes participem da formulação das perguntas, da interpretação dos fenômenos e da definição das prioridades investigativas. Tal perspectiva recusa tanto a patologização da diferença quanto a idealização de uma identidade surda única, admitindo a diversidade interna das comunidades, a multiplicidade dos repertórios e as desigualdades existentes entre seus membros.

Metodologicamente, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza teórico-crítica, fundamentada no diálogo entre Sociolinguística, Estudos Surdos, políticas linguísticas, direitos linguísticos e perspectivas decoloniais. Sustenta-se como argumento central que uma Sociolinguística Surda somente poderá constituir-se criticamente se examinar, de maneira integrada, a estrutura e os usos da língua, as condições materiais de sua circulação, as ideologias que regulam sua legitimidade e as práticas de resistência produzidas pelos sujeitos sinalizantes. Após esta seção, o referencial teórico aprofundará essas relações, oferecendo subsídios para compreender a Libras não apenas como sistema linguístico, mas como território de identidade, conflito, memória, poder e transformação social.

REFERENCIAL TEÓRICO

A constituição de uma Sociolinguística Surda requer, inicialmente, o reconhecimento de que a Libras não pode ser estudada como um sistema abstrato, homogêneo e separado das condições históricas de sua produção. A perspectiva sociolinguística compreende a língua como prática social, marcada por regularidades internas e, simultaneamente, por diferenças relacionadas aos sujeitos, aos territórios, às instituições e às situações comunicativas. A variação não representa uma anomalia a ser corrigida, mas uma propriedade inerente às línguas naturais. A partir das contribuições de Weinreich, Labov e Herzog, torna-se possível compreender a heterogeneidade como ordenada, pois as variantes não ocorrem aleatoriamente: encontram-se condicionadas por fatores linguísticos e extralinguísticos e podem adquirir valores sociais distintos em cada comunidade (Weinreich; Labov; Herzog, 2006, p. 126 *apud* Rodrigues; Silva, 2017, p. 689).

O reconhecimento linguístico das línguas de sinais esteve inicialmente associado à demonstração de que os sinais são decomponíveis em unidades menores, finitas, distintivas e recombináveis. Essa comprovação foi essencial para combater a representação segundo a qual a comunicação sinalizada seria composta por gestos improvisados, mímicas ou reproduções visuais de objetos. Entretanto, a contribuição de Stokoe não se limitou à

descrição estrutural da língua de sinais americana. Seus estudos também registraram variantes lexicais e diferenças dialetais, evidenciando que a variação participava do próprio reconhecimento dessas línguas como sistemas naturais (Stokoe, 1960 *apud* Xavier, 2019, p. 49). A legitimidade linguística, portanto, não deriva da existência de uma forma única, mas da capacidade de uma língua organizar sua diversidade e responder às necessidades comunicativas de seus usuários.

As pesquisas sobre a produção dos sinais confirmam essa heterogeneidade em diferentes níveis. Xavier e Barbosa identificaram variação intersujeito e intrassujeito nos parâmetros de configuração de mão, localização, movimento, orientação, número de mãos e marcações não manuais. O estudo também encontrou diferenças relacionadas ao contato entre os articuladores, demonstrando que um mesmo item lexical pode assumir realizações distintas sem alteração de significado (Xavier; Barbosa, 2014, p. 371). Isso significa que os sinalizantes apresentam diferentes “pronúncias”, assim como ocorre entre usuários de línguas orais. Não se trata de sinalização incompleta ou incorreta, mas de realizações fonético-fonológicas condicionadas por histórias linguísticas, estilos, contextos e características particulares dos sujeitos.

A análise da variação deve contemplar fatores internos, sociais e estilísticos. Os fatores internos compreendem os ambientes

fonológicos, morfossintáticos e discursivos que favorecem determinada realização. Os sociais envolvem região, idade, gênero, pertencimento étnico, classe social, escolarização e trajetória de participação nas comunidades surdas. Os estilísticos dizem respeito ao tema, ao interlocutor, ao gênero discursivo e ao grau de formalidade da situação comunicativa (Schembri; Johnston, 2012 *apud* Xavier, 2019, p. 49). Na Libras, esses fatores articulam-se às condições específicas de aquisição, visto que parte considerável das crianças surdas nasce em famílias ouvintes sem conhecimento de uma língua de sinais. Assim, idade de aquisição, intensidade de contato com sinalizantes, participação em associações, escolarização bilíngue, experiências de oralização e domínio do português escrito também interferem na composição dos repertórios.

Essas diferenças não autorizam a distribuição dos sinalizantes em uma escala que separe usuários linguisticamente “completos” de usuários “deficientes”. Uma perspectiva crítica deve investigar como cada repertório foi constituído e quais condições de acesso linguístico foram asseguradas ou negadas ao sujeito. A aquisição tardia da Libras, por exemplo, não pode ser atribuída a uma suposta incapacidade individual quando decorre da ausência de políticas familiares, educacionais e sociais que garantam contato precoce com essa língua. Da mesma forma, o emprego de sinais caseiros, gestos, datilologia, oralizações e estruturas influenciadas pelo português precisa ser

situado na trajetória comunicativa do sujeito, e não previamente classificado como desvio.

Nesse sentido, a designação Sociolinguística Surda propõe um deslocamento epistemológico. Não se trata apenas de aplicar à Libras conceitos formulados para línguas orais, embora muitas categorias sociolinguísticas sejam produtivas para esse estudo. O que se reivindica é a construção de uma perspectiva capaz de considerar modalidade visuoespacial, aquisição linguística frequentemente não familiar, contato bimodal, papel político das comunidades surdas, experiências de privação linguística e protagonismo dos pesquisadores surdos. A produção científica precisa ultrapassar a comparação permanente com a oralidade e desenvolver bases analíticas relacionadas às próprias experiências de linguagem dos sujeitos sinalizantes. Stumpf e Linhares defendem que a consolidação crítica dos Estudos Surdos depende da elaboração de fundamentos epistemológicos próprios, não limitados a responder à suposta superioridade das línguas orais (Stumpf; Linhares, 2025, p. 220).

A situação sociolinguística da Libras caracteriza-se pelo contato contínuo com a língua portuguesa, sobretudo em sua modalidade escrita, mas também por intermédio da oralização, da leitura labial, da escolarização, da mídia, das tecnologias digitais e da convivência cotidiana com pessoas ouvintes. Esse contato produz empréstimos, alternância, mistura e sobreposição de códigos,

soletração manual, sinais inicializados e diferentes formas de aproximação entre as duas línguas. Tais fenômenos não comprovam dependência gramatical da Libras em relação ao português. Eles revelam que comunidades linguisticamente minoritárias constroem repertórios complexos em contextos nos quais precisam circular entre diferentes modalidades e instituições.

O empréstimo linguístico constitui um dos resultados mais frequentes do contato. Rodrigues e Baalbaki demonstram que a datilologia pode representar palavras da língua portuguesa, mas nem toda palavra soletrada se encontra incorporada ao léxico da Libras. A incorporação depende de adaptação fonológica, recorrência de uso e reconhecimento comunitário. Em alguns casos, letras são omitidas, os movimentos deixam de ser lineares e a configuração é combinada com outros parâmetros da língua sinalizada. A adaptação produz um sinal reconhecido como unidade lexical, e não apenas uma sequência de letras reproduzida manualmente (Rodrigues; Baalbaki, 2014, p. 1115-1117). O empréstimo, desse modo, não permanece necessariamente como corpo estranho: pode ser reorganizado segundo as propriedades visuoespaciais da língua que o recebe.

A datilologia também cumpre funções metalinguísticas, pedagógicas e discursivas. Pode ser utilizada para introduzir nomes próprios, esclarecer termos técnicos, relacionar sinais à escrita portuguesa ou solucionar momentaneamente uma lacuna lexical. A

inicialização, por sua vez, ocorre quando uma configuração correspondente à letra inicial de uma palavra é incorporada à formação de um sinal. Há também empréstimos vinculados aos movimentos dos lábios, aos decalques semânticos e à reprodução visual de símbolos gráficos. Rodrigues e Baalbaki verificaram que esses recursos contribuem para ampliação e renovação lexical, atendendo às necessidades denominativas da comunidade surda (Rodrigues; Baalbaki, 2014, p. 1111-1117).

O contato não ocorre apenas entre Libras e português. O deslocamento de estudantes, pesquisadores, professores, artistas e lideranças favorece intercâmbios com outras línguas de sinais. Eventos acadêmicos, redes sociais, produções audiovisuais e espaços religiosos ampliam a circulação de sinais provenientes de diferentes países e regiões. Também existem contatos entre variedades urbanas, rurais, indígenas, familiares e emergentes. Por isso, tratar a Libras como bloco territorial uniforme apaga práticas que não correspondem à variedade institucionalizada e pode invisibilizar línguas de sinais usadas por comunidades específicas.

A diversidade manifesta-se nos níveis fonético-fonológico, lexical, morfossintático, semântico-pragmático e discursivo. Há diferenças regionais, geracionais, estilísticas e relacionadas ao pertencimento a grupos sociais. Rodrigues e Silva destacam que “todas as línguas, orais e sinalizadas, são constituídas de

heterogeneidade, sendo a variação e a mudança propriedades inerentes em todos os casos” (Rodrigues; Silva, 2017, p. 694). Consequentemente, o contato prolongado com o português não torna a Libras impura. A própria noção de pureza linguística é incompatível com a história das línguas, pois todas se transformam por meio da circulação de seus usuários e das relações estabelecidas com outros grupos.

Os julgamentos de correção, contudo, atravessam as práticas das comunidades surdas. Determinadas variantes podem ser classificadas como antigas, modernas, regionais, formais, populares, portuguesadas ou pertencentes a uma “Libras pura”. Essa classificação nem sempre se limita à descrição linguística; frequentemente atribui valores aos próprios sujeitos. O sinalizante que utiliza uma variante prestigiada pode ser considerado mais fluente, autêntico ou preparado, enquanto aquele cujo repertório apresenta forte influência do português pode ser desqualificado. Rodrigues e Silva identificam a existência de julgamentos que distribuem os sinais entre “certos”, “errados”, “melhores” e “piores”, reproduzindo na Libras formas de preconceito amplamente observadas nas línguas orais (Rodrigues; Silva, 2017, p. 695).

A padronização não é necessariamente negativa. A produção de dicionários, gramáticas, glossários e materiais didáticos pode contribuir para a circulação da língua e para sua inserção em campos

científicos e profissionais. O problema surge quando a forma registrada é apresentada como única possibilidade legítima, apagando variantes ou retirando das comunidades o poder de participar das decisões terminológicas. Xavier demonstra que processos de padronização podem envolver seleção de variantes, difusão pelos meios de comunicação, utilização em materiais didáticos e exigência de aprendizagem por professores e intérpretes (Xavier, 2019, p. 61). Essas escolhas conferem visibilidade a determinados repertórios e, ao mesmo tempo, podem marginalizar outros.

O policiamento linguístico também se realiza nas interações cotidianas e nas redes digitais. Correções públicas, avaliações de proficiência, disputas sobre autoria de sinais-termos e acusações de uso de “português sinalizado” delimitam simbolicamente quem está autorizado a representar a língua. Stumpf e Linhares observam que os critérios de validação de sinais acadêmicos podem consolidar a Libras como língua de produção científica, mas também reforçar a ideia de que o conhecimento legítimo depende de padrões formais e de equivalências com palavras do português (Stumpf; Linhares, 2025, p. 217-218). Torna-se indispensável, portanto, diferenciar planejamento linguístico participativo de imposição normativa. O primeiro reconhece necessidades comunicativas e envolve a comunidade; a segunda transforma uma variedade em medida universal para avaliar todas as demais.

As formas linguísticas não carregam prestígio ou estigma como propriedades naturais. Seus valores são produzidos socialmente por meio das instituições, das ideologias e das posições ocupadas pelos usuários. Uma variante pode ser valorizada em um espaço acadêmico e rejeitada em uma interação comunitária; outra pode possuir forte legitimidade em associações de surdos e pouca circulação nas instituições escolares. O estudo dessas avaliações exige compreender as ideologias linguísticas como mediações entre linguagem e estrutura social. Woolard afirma que entre esses dois domínios operam concepções, valores e crenças que orientam a interpretação das práticas linguísticas (Woolard, 2020, p. 3 *apud* Stumpf; Linhares, 2025, p. 209).

A teoria do mercado linguístico permite compreender por que o reconhecimento legal da Libras não elimina sua posição subordinada. Em cada campo social, as línguas e variedades possuem valores distintos, definidos pelas relações de força entre instituições e agentes. A competência linguística não garante que o discurso seja reconhecido, pois “apenas o conhecimento da competência linguística não permite prever qual será o valor de uma performance linguística num mercado” (Bourdieu, 2008, p. 96 *apud* Silva *et al.*, 2025, p. 29). Uma pessoa pode possuir elevada competência em Libras e, ainda assim, ter sua participação restringida em ambientes nos quais

somente a língua portuguesa é aceita como meio legítimo de produção do conhecimento.

Na educação, essa desigualdade torna-se visível quando a língua portuguesa permanece como língua do currículo, das avaliações, dos registros burocráticos e da produção científica, enquanto a Libras é destinada à tradução ou às conversas cotidianas. Silva e Favorito caracterizam essa situação como uma relação altamente hierarquizada, na qual o português-padrão ocupa a posição de variedade prestigiada, ao passo que a língua de sinais é frequentemente reduzida à interlocução informal ou à tradução das aulas (Silva; Favorito, 2018, p. 151). Mesmo quando há intérprete, a organização curricular pode continuar centrada em práticas pensadas para estudantes ouvintes, exigindo que o aluno surdo se adapte a um ambiente não estruturado em sua língua.

Essa posição não decorre da quantidade de usuários, mas da distribuição desigual de poder. Lagares esclarece:

Ser minoria não é uma questão numérica. As minorias existem sempre em relação a uma posição hegemônica dada. Por isso, prefiro falar em línguas em situação minoritária ou, simplesmente, línguas minorizadas, para me referir aos idiomas que não dispõem dos equipamentos a serviço das línguas hegemônicas; ou bem às situações em que uma língua se encontra à margem das estruturas de poder (Lagares, 2018, p. 121 apud Witchs, 2021, p. 145).

A noção de língua minorizada evidencia que a subordinação é produzida politicamente. Uma língua se encontra nessa situação quando possui presença limitada na administração pública, na produção científica, nos meios de comunicação, no sistema de justiça e nos serviços de saúde, ainda que seja plenamente estruturada e utilizada por uma comunidade. A vulnerabilidade não reside na língua nem no corpo de seus usuários, mas na ausência de equipamentos sociais que garantam seu emprego. Witches demonstra que a minorização das línguas de sinais produz consequências concretas na cidadania, dificultando acesso à informação, educação, serviços públicos e participação social (Witches, 2021, p. 149-150).

As ideologias podem ser externas ou internas às comunidades surdas. Entre as externas, encontram-se a crença de que línguas de sinais seriam universais, pobres, exclusivamente icônicas ou incapazes de expressar conteúdos científicos. Também integram esse conjunto a primazia das línguas orais e a representação da oralização como única via de desenvolvimento. As ideologias internas envolvem disputas sobre autenticidade, pureza, pertencimento, proficiência e legitimidade das variantes. Stumpf e Linhares advertem que a distinção entre ideologias internas e externas não deve ser concebida de maneira rígida, pois ambas circulam entre sujeitos e instituições e podem reforçar-se mutuamente (Stumpf; Linhares, 2025, p. 207-209).

A defesa política da Libras pode fortalecer a identidade coletiva e enfrentar séculos de proibição e desvalorização. Entretanto, quando convertida em purismo, pode reproduzir mecanismos de exclusão contra sinalizantes tardios, surdos oralizados, pessoas com repertórios familiares, habitantes de regiões afastadas dos centros de difusão e usuários de variedades influenciadas pelo português. Os discursos sobre “Libras pura”, sinalizante nativo ou consciência surda estabelecem fronteiras de pertencimento que precisam ser analisadas criticamente. Os processos de padronização refletem preocupações legítimas com o prestígio da língua, mas também disputas sobre quem possui autoridade para determinar seus usos (Stumpf; Linhares, 2025, p. 217-219).

Uma Sociolinguística Surda crítica deve investigar tanto a opressão exercida pela maioria ouvinte quanto as hierarquizações produzidas internamente. Isso não significa equiparar relações historicamente desiguais, mas reconhecer que as ideologias atravessam todos os grupos sociais. O prestígio conferido a uma variante regional, acadêmica ou geracional precisa ser explicado pelas redes de circulação, pelas instituições e pelos capitais de seus usuários. Em lugar de buscar a forma mais pura, a investigação deve examinar como determinadas práticas se tornam legítimas e quais sujeitos são beneficiados ou silenciados por esse processo.

A história social da surdez foi marcada pela associação entre humanidade, linguagem oral e capacidade intelectual. A ausência de audição foi interpretada como ausência de linguagem, pensamento e possibilidade de aprendizagem. Nessa construção, a língua de sinais aparecia como obstáculo à normalização, e não como meio legítimo de formação humana. Santana e Bergamo sintetizam os efeitos dessa representação:

Os surdos sempre foram, historicamente, estigmatizados, considerados de menor valor social. Afinal, faltava-lhes a característica eminentemente humana: a linguagem (oral, bem entendido) e suas virtudes cognitivas. Sendo destituídos dessas “virtudes”, os surdos eram “humanamente inferiores”. A língua de sinais era considerada apenas uma mímica gestual, e sempre houve preconceitos com relação ao uso de gestos para a comunicação. A exclusão profissional e social dos surdos ainda hoje confirma que a linguagem pode ser fonte de discriminação e de organização social restritiva (Santana; Bergamo, 2005, p. 566).

A oralidade foi convertida em parâmetro de normalidade e utilizada para justificar práticas educacionais voltadas à correção do corpo. A proibição dos sinais, os treinamentos de fala, a centralidade da leitura labial e a desconsideração dos conhecimentos produzidos visualmente não constituíram apenas escolhas metodológicas. Foram práticas de poder destinadas a conduzir o sujeito surdo para um modelo ouvinte de existência. O fracasso educacional produzido por

esse sistema foi frequentemente atribuído ao estudante, ocultando as barreiras linguísticas e institucionais responsáveis pela exclusão.

O conceito de ouvintismo designa esse conjunto de representações e práticas. Skliar o define como uma estrutura na qual os surdos são obrigados a olhar e narrar a si mesmos segundo referências produzidas pelos ouvintes (Skliar, 1998, p. 15 *apud* Leite; Cabral, 2021, p. 426). O ouvintismo não se limita à presença de pessoas ouvintes nem pressupõe que toda relação entre surdos e ouvintes seja opressiva. Trata-se de uma racionalidade que toma a experiência ouvinte como padrão universal e transforma a diferença surda em falta, desvio ou condição que precisa ser superada.

Essa racionalidade aproxima-se da colonialidade do poder linguístico. Mesmo depois do encerramento formal de regimes coloniais, certas hierarquias permanecem operando na definição de quais línguas, conhecimentos e formas de existência são considerados superiores. Garcés explica:

Uma colonialidade linguística mostra uma dupla faceta: por um lado, a modernidade subalternizou determinadas línguas em favor de outras, porém, por outro lado, também colonizou a palavra dos falantes de tais línguas. Quer dizer, não apenas se subalternizaram determinadas línguas, mas também a própria palavra e o dizer dos falantes colonizados. A palavra de um falante de quéchua, por exemplo, ainda que se expresse em castelhano, sempre será menos valorizada do que a palavra de um falante de língua espanhola, sobretudo se for urbano, branco, mestiço, homem, qualificado etc.,

quer dizer, a valoração da palavra continua dependendo da trilogia colonial indicada por Quijano: classe, raça, gênero (Garcés, 2007, p. 227 *apud* Lobato; Bentes, 2020, p. 5).

Transposta para a realidade surda, essa concepção permite observar que a subalternização não desaparece quando o sujeito utiliza o português. Sua escrita pode continuar sendo avaliada a partir do modelo de um ouvinte nativo idealizado, sem consideração pelos processos de aquisição de segunda língua. A palavra sinalizada, por sua vez, pode depender da mediação de intérpretes para alcançar instituições que não reconhecem diretamente a Libras. Coloniza-se, assim, a língua e a autoridade de quem enuncia. O conhecimento produzido pelo pesquisador surdo pode ser considerado testemunho particular, enquanto análises de pesquisadores ouvintes são tratadas como formulações universais.

A colonialidade linguística não incide igualmente sobre todos. Surdos negros, indígenas, migrantes, moradores de áreas rurais, pessoas LGBTQIA+, mulheres, sujeitos com deficiência associada e indivíduos de classes populares enfrentam cruzamentos específicos de desigualdade. A análise crítica não pode substituir a imagem homogênea do deficiente pela figura igualmente homogênea do surdo cultural, urbano, escolarizado e fluente em uma variedade prestigiada da Libras. A língua possui papel decisivo na constituição dos vínculos

comunitários, mas não elimina diferenças sociais nem produz uma identidade única.

Gesser chama a atenção para o risco de transformar a necessária afirmação cultural em um novo essencialismo:

Todavia, o perigo está em transformar as diversidades em homogeneidades culturais, ou seja, ter uma visão dividida e singular entre “cultura ouvinte” (dominadora) e “cultura surda” (dominada), fazendo com que a identificação do segundo grupo seja marcada apenas na surdez e na língua de sinais – independente da raça, classe ou gênero, por exemplo. Afinal, o que se pode afirmar em termos culturais e identitários a respeito do multiculturalismo na surdez? Como tem sido abordada a questão da diversidade dentro do grupo surdo, ou seja, os entremeios em que se amontoam, por exemplo, as mulheres surdas, negros surdos, índios surdos, surdos de áreas rurais, surdos homossexuais, surdos cegos, surdos com deficiências mentais, surdos cadeirantes, ouvintes filhos de pais surdos, e os surdos com diferentes graus de surdez? (Gesser, 2008, p. 233).

A passagem do paradigma clínico para o cultural representa uma transformação fundamental, pois desloca a atenção da deficiência para a diferença linguística e para as formas visuais de produção de sentidos. Contudo, esse deslocamento não pode ser convertido em dicotomia absoluta. Há pessoas surdas que utilizam Libras, português oral, escrita, implantes, aparelhos auditivos, tecnologias de transcrição e outros recursos de maneira combinada. Tais escolhas não anulam sua identidade nem determinam automaticamente adesão ao ouvintismo.

O problema reside na imposição de uma modalidade como condição de reconhecimento social.

A Sociolinguística Surda deve trabalhar com identidades relacionais, múltiplas e historicamente constituídas. A oposição entre “surdo verdadeiro” e “surdo ouvintizado” reproduz o mesmo princípio classificatório que sustentou a normalização: estabelece um padrão e mede todos os sujeitos por sua proximidade ou distância em relação a ele. Em sentido crítico, o foco deve recair sobre as condições que possibilitam ou restringem escolhas linguísticas. Utilizar recursos auditivos por decisão própria é diferente de ser impedido de aprender Libras; empregar estruturas próximas ao português em determinado contexto é diferente de ter a sinalização subordinada compulsoriamente à gramática dessa língua.

Os direitos linguísticos constituem dimensão indispensável dos direitos humanos, pois a língua possibilita acesso à informação, expressão, educação, participação política e continuidade cultural. A existência de uma língua plenamente estruturada não garante esses direitos quando as instituições recusam seu uso. A desigualdade entre línguas oficiais e minorizadas é evidenciada por Skutnabb-Kangas, Phillipson e Rannut:

As maiorias linguísticas, falantes de uma língua dominante, geralmente usufruem de todos os direitos humanos linguísticos, considerados fundamentais, independentemente da forma pela qual são definidos. A

maior parte das minorias linguísticas não tem acesso a tais direitos. Apenas algumas centenas das cerca de 6 a 7 mil línguas ao redor do mundo apresentam algum status oficial e somente falantes de línguas oficiais desfrutam de todos os direitos humanos linguísticos (Skutnabb-Kangas; Phillipson; Rannut, 1995, p. 1-2 *apud* Rodrigues; Beer, 2016, p. 671).

A oficialização ou o reconhecimento legal representa avanço importante, mas não assegura igualdade material. Para que os direitos se efetivem, é necessário garantir aquisição precoce da Libras, formação de professores, produção de materiais visuais, presença de profissionais surdos, tradução e interpretação qualificadas, atendimento público acessível e circulação da língua em diferentes campos sociais. Rodrigues e Beer argumentam que os direitos humanos linguísticos são basilares para o exercício dos direitos civis, sociais, políticos, econômicos e culturais das pessoas surdas (Rodrigues; Beer, 2016, p. 670-672).

No campo educacional, a simples matrícula do estudante em uma turma comum não caracteriza inclusão. Veiga-Neto e Lopes afirmam que “a igualdade de acesso não garante a inclusão e, na mesma medida, não afasta a sombra da exclusão” (Veiga-Neto; Lopes, 2007, p. 959 *apud* Rodrigues; Beer, 2016, p. 663). Quando o aluno surdo permanece sem interlocutores, acompanha conteúdos por meio de traduções improvisadas ou recebe avaliações elaboradas exclusivamente segundo parâmetros de primeira língua portuguesa,

produz-se uma inclusão administrativa acompanhada de exclusão linguística.

A presença do intérprete é fundamental em inúmeros contextos, mas não substitui uma política educacional bilíngue. O professor continua responsável pelo ensino e precisa planejar práticas acessíveis, compreender a especificidade linguística do estudante e trabalhar em colaboração com os profissionais envolvidos. Quando toda a interação é transferida ao intérprete, o aluno pode permanecer isolado do professor e dos colegas. A Libras passa a existir apenas no espaço restrito entre estudante e intérprete, sem transformar o currículo, a metodologia ou a cultura institucional.

Silva e Favorito observam que as pressões normativas orientadas por ideologias monolíngues tentam estabelecer usos idealizados tanto do português quanto da Libras. Em contextos educacionais bi-multilíngues, essas ideologias hierarquizam as funções atribuídas às línguas e invisibilizam repertórios efetivamente mobilizados pelos estudantes (Silva; Favorito, 2018, p. 149-151). A educação bilíngue não pode ser compreendida como mera presença nominal de duas línguas. Ela exige que a Libras seja língua de instrução, interação, produção cultural e construção de conhecimento, enquanto o português escrito seja ensinado com metodologia de segunda língua.

A vulnerabilidade social das pessoas surdas encontra-se diretamente vinculada à vulnerabilidade linguística. Witches demonstra que políticas destinadas a regulamentar o comportamento linguístico podem manter essa condição quando submetem o sujeito a um bilinguismo unilateral: exige-se que o surdo domine a língua majoritária, enquanto a sociedade não assume responsabilidade equivalente pelo acesso à língua de sinais (Witches, 2021, p. 149-151). A exigência de adaptação recai sobre a pessoa minorizada, preservando-se o monolinguismo das instituições.

A inclusão da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura ampliou a visibilidade da língua e proporcionou contato inicial a milhares de futuros professores. Entretanto, a carga horária reduzida não produz proficiência, e a disciplina pode ser tratada como conteúdo isolado, sem articulação com estágio, currículo, avaliação e práticas pedagógicas. Carniel observa que, em muitos cursos, esse componente corresponde ao único contato dos licenciandos com a língua e com a história social da surdez (Carniel, 2018, p. 3). Sua importância não deve ser diminuída, mas situada nos limites de uma política que precisa envolver toda a formação docente.

Uma política orientada pela justiça linguística deve assegurar participação das comunidades surdas nas decisões, distribuição de recursos e reconhecimento da diversidade interna. Isso inclui escolas e classes bilíngues quando reivindicadas, acesso à Libras em

ambientes inclusivos, formação de famílias, produção de materiais em vídeo, valorização de docentes surdos e respeito às línguas de sinais indígenas e emergentes. A centralidade da Libras não implica proibir o português nem restringir escolhas pessoais. Significa impedir que uma língua seja imposta como condição para o reconhecimento da humanidade, da inteligência e da cidadania.

Os avanços relacionados à Libras não podem ser interpretados como concessões espontâneas do Estado ou resultados exclusivos da produção acadêmica. Foram impulsionados pela mobilização de associações, federações, professores, estudantes e lideranças surdas. Brito compreende o movimento social surdo como uma rede plural que articula organizações formais, relações comunitárias e alianças com pesquisadores. Em sua fase de latência, essa rede produz identidades, ideologias e códigos culturais; na visibilidade pública, manifesta-se em passeatas, campanhas e reivindicações institucionais (Brito, 2019, p. 2-3).

A oficialização da Libras resultou da interação entre ativismo político e produção de conhecimentos linguísticos e educacionais. As pesquisas demonstraram a estrutura da língua, enquanto os movimentos transformaram esse conhecimento em reivindicação por cidadania. Não seria adequado, contudo, atribuir à academia o papel de descobrir uma língua que já era usada e preservada pelas comunidades. A produção científica conferiu instrumentos de

legitimação em um campo no qual determinadas formas de conhecimento possuíam maior autoridade institucional, mas a existência, a transmissão e a resistência da Libras antecedeem seu reconhecimento acadêmico.

As mobilizações locais demonstram que a política linguística não se reduz ao âmbito federal. Em Breves, no Pará, a luta pela Libras envolveu professores surdos e ouvintes, associações, projetos escolares, eventos, passeatas e atividades culturais. Essas ações produziram transformações no município e confrontaram a hegemonia do oralismo na escolarização (Lobato; Bentes, 2020, p. 9-15). Experiências dessa natureza evidenciam que as políticas são também construídas de baixo para cima, mediante práticas comunitárias que pressionam o poder público e criam alternativas antes da formalização estatal.

A participação surda precisa alcançar igualmente a produção do conhecimento. Uma Sociolinguística Surda crítica não pode limitar os sujeitos ao papel de informantes que fornecem sinais para análise posterior. Pessoas surdas devem participar da formulação dos problemas, das decisões metodológicas, da interpretação dos dados e da divulgação dos resultados. Isso exige reconhecer a Libras como língua de produção científica e criar formas de registro acadêmico que não subordinem todo conhecimento à escrita em português. Artigos sinalizados, videorresumos, bancos de dados comentados em Libras e

processos bilíngues de orientação podem ampliar a autoria e reduzir assimetrias epistemológicas.

A perspectiva proposta organiza-se em fundamentos interdependentes. O primeiro é a heterogeneidade constitutiva: toda variedade deve ser analisada em relação aos seus condicionamentos, sem pressupor superioridade linguística. O segundo é a historicidade: repertórios atuais resultam de processos de contato, escolarização, proibição, resistência e circulação comunitária. O terceiro é a modalidade: espacialidade, simultaneidade, expressões não manuais, corporeidade e visualidade não podem ser tratadas como adaptações de categorias orais. O quarto é o poder: os valores das variantes dependem dos mercados, das instituições e das ideologias. O quinto é a interseccionalidade: as experiências linguísticas articulam-se a raça, classe, gênero, sexualidade, território, geração e deficiência. O sexto é a agência surda: os sujeitos são produtores de língua, cultura, política e conhecimento. O sétimo é a justiça linguística: a pesquisa deve contribuir para compreender e superar barreiras que impedem o exercício de direitos.

Esses fundamentos demandam ampliação das agendas investigativas. Xavier demonstra que os estudos sociolinguísticos sobre a Libras ainda se concentram predominantemente na variação regional e fonético-fonológica. Permanecem abertas questões relacionadas aos efeitos do contato com o português, alternância e

sobreposição de códigos, variação morfossintática e discursiva, diferenças estilísticas, variedades macrorregionais e processos de formação de uma norma-padrão (Xavier, 2019, p. 61-64). Também são necessários estudos sobre repertórios de surdos indígenas, migrantes, negros, LGBTQIA+, moradores de regiões rurais, sinalizantes tardios e pessoas com deficiências associadas.

Metodologicamente, a pesquisa deve combinar análise linguística, etnografia, história, entrevistas, corpora audiovisuais e observação das práticas institucionais. Os dados precisam ser coletados em situações variadas, evitando que a sinalização produzida diante de listas de palavras seja tomada como representação completa da língua. Conversas espontâneas, narrativas, aulas, eventos políticos, interações digitais e produções científicas revelam estilos e escolhas que não aparecem em tarefas controladas. A composição das amostras também precisa registrar idade de aquisição, história escolar, circulação comunitária, região, raça, gênero e repertório bilíngue.

A devolução dos resultados constitui exigência ética. Comunidades que participam da pesquisa devem ter acesso aos materiais em Libras, e os dados audiovisuais precisam ser tratados com consentimento específico, pois o rosto e o corpo tornam a anonimização mais complexa. A autoria comunitária deve ser reconhecida, sobretudo quando participantes contribuem para interpretação, categorização e validação dos fenômenos. A ciência não

pode extrair dados das comunidades e devolver apenas publicações inacessíveis em português acadêmico.

Finalmente, a Sociolinguística Surda não deve ser entendida como espaço isolado da Sociolinguística geral, mas como contribuição capaz de tensionar seus pressupostos. As línguas de sinais desafiam dicotomias entre verbal e não verbal, língua e gesto, oralidade e escrita, aquisição típica e atípica, comunidade territorial e comunidade dispersa. Ao incorporar as experiências surdas, a própria teoria sociolinguística amplia sua compreensão da linguagem humana. Uma abordagem crítica, contudo, somente se realiza quando a descrição da diversidade é acompanhada da análise das relações de poder que transformam diferenças em desigualdades. Nesse horizonte, estudar a Libras significa examinar simultaneamente suas estruturas, seus usos, suas histórias, seus conflitos e as práticas coletivas por meio das quais as comunidades surdas produzem reconhecimento, resistência e transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidenciou que a Libras não pode ser compreendida apenas como sistema gramatical, pois seus usos são atravessados por relações de poder, ideologias linguísticas, processos de minorização e disputas por legitimidade. Embora o reconhecimento jurídico tenha ampliado sua visibilidade, permanecem desigualdades

que restringem sua circulação na educação, na produção científica e em diferentes instituições sociais.

Defende-se, assim, uma Sociolinguística Surda fundamentada na heterogeneidade linguística, na pluralidade das experiências surdas e no protagonismo de pesquisadores e comunidades sinalizantes. Essa perspectiva deve problematizar tanto a hegemonia da língua portuguesa e o ouvintismo quanto as práticas internas de purismo, padronização e exclusão de repertórios considerados menos legítimos.

Conclui-se que promover justiça linguística requer superar o reconhecimento meramente formal e assegurar condições efetivas de aquisição, uso, ensino e produção de conhecimentos em Libras. Estudos posteriores poderão aprofundar a investigação de variedades regionais, repertórios bilíngues, trajetórias de aquisição e experiências interseccionais, fortalecendo uma produção sociolinguística construída com participação efetiva das pessoas surdas.

REFERÊNCIAS

BRITO, Fábio Bezerra de. Percursos históricos da luta político-ideológica dos surdos brasileiros por direitos sociais, linguísticos e educacionais. **The ESpecialist**, São Paulo, v. 40, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2318-7115.2019v40i3a7>. Acesso em: 3 ago. 2026.

CARNIEL, Fagner. A reviravolta discursiva da Libras na educação superior. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23,

e230027, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230027>. Acesso em: 3 ago. 2026.

GESSER, Audrei. Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas.

Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, v. 47, n. 1, p. 223-239, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-18132008000100013>. Acesso em: 3 ago. 2026.

LEITE, Letícia de Sousa; CABRAL, Tayna Batista. Educação de surdos e colonialidade do poder linguístico. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 37, n. 2, p. 425-444, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/LL63-v37n2-2021-20>. Acesso em: 3 ago. 2026.

LOBATO, Huber Kline Guedes; BENTES, José Anchieta de Oliveira. Do (re)conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) à luta pela construção de uma política linguística bilíngue em Breves-Pará. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 24, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/edu.2020.241.31>. Acesso em: 3 ago. 2026.

RODRIGUES, Angélica; SILVA, Anderson Almeida da. Reflexões sociolinguísticas sobre a Libras (Língua Brasileira de Sinais). **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 686-698, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21165/el.v46i2.1673>. Acesso em: 3 ago. 2026.

RODRIGUES, Carlos Henrique; BEER, Hanna. Direitos, políticas e línguas: divergências e convergências na/da/para educação de surdos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 661-680, jul./set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623661114>. Acesso em: 3 ago. 2026.

RODRIGUES, Isabel Cristina; BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira. Práticas sociais entre línguas em contato: os empréstimos linguísticos do português à Libras. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 14, n. 4, p. 1095-1120, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-63982014005000021>. Acesso em: 3 ago. 2026.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 565-582, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200013>. Acesso em: 3 ago. 2026.

SILVA, Erliandro Felix; FRANCIONI, William Velozo; PAULA, Wellington Santos de; SANTOS, Miquéias Ambrósio dos; JOERKE, Gabriel Antônio Ogaya; SCHMIDT, Jelson Budal; GOMIDES, Paula Aparecida Diniz. Libras e educação de surdos: disputas e relações de poder no mercado linguístico. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 12, n. 3, p. 22-36, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2025v12n3p22-36>. Acesso em: 3 ago. 2026.

SILVA, Ivani Rodrigues; FAVORITO, Wilma. Reflexões sobre o estatuto das línguas nos contextos bi-multilíngues de educação para surdos no Brasil. **Línguas & Letras**, Cascavel, v. 19, n. 44, p. 149-167, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1981-4755.20180030>. Acesso em: 3 ago. 2026.

STUMPF, Marianne Rossi; LINHARES, Ramon Santos de Almeida. Ideologias linguísticas de línguas de sinais: concepções sobre as línguas e sujeitos em comunidades surdas sinalizantes. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 63, p. 207-222, jul./dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/revesp.2025.63.1.207-222>. Acesso em: 3 ago. 2026.

WITCHES, Pedro Henrique. A situação minoritária dos surdos e sua vulnerabilidade linguística na educação. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 41, n. 114, p. 144-152, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC239651>. Acesso em: 3 ago. 2026.

XAVIER, André Nogueira. Panorama da variação sociolinguística em línguas sinalizadas. **Claraboia**, Jacarezinho, v. 12, p. 48-67, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uenp.edu.br/index.php/claraboia/article/view/177>. Acesso em: 3 ago. 2026.

XAVIER, André Nogueira; BARBOSA, Plínio Almeida. Diferentes pronúncias em uma língua não sonora? Um estudo da variação na produção de sinais da Libras. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 371-413, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-445069770367936329>. Acesso em: 3 ago. 2026.